



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 032/2011

Ementa: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "Dia Estadual do Antigomobilista", a ser comemorado anualmente na data de 09 de setembro.

Art. 1º - Fica instituído no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Dia Estadual do Antigomobilista", a ser comemorado anualmente na data de 09 de setembro.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 092/2011

Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Palotina (APPPA).

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Palotina (APPPA), com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 146/2011

Ementa: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa Trentina", que se realiza anualmente no 3º domingo do mês de maio.

Art. 1º - Fica inserida no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Trentina, no Município de Piraquara, que é realizada anualmente no 3º domingo do mês de maio.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 106/2011.



Súmula: Declara de utilidade pública a ARCOAGRI – Associação Regional de Cooperação Agrícola.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a ARCOAGRI – Associação Regional de Cooperação Agrícola, com sede e foro no município de Guarapuava.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28 de Fevereiro de 2011.


Luciana Rafagnin –
Dep. Estadual



Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 – Centro Cívico – Curitiba – PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



JUSTIFICATIVA:

A ARCOAGRI – Associação Regional de Cooperação Agrícola – é composta por pequenos agricultores, representantes de associações, sindicatos de trabalhadores rurais e assentamentos da região centro-oeste do estado do Paraná.

A Associação promove o desenvolvimento, a sustentabilidade, a cooperação e a qualidade de vida na agricultura familiar da região em que se encontra, já é reconhecida de utilidade pública municipal, e agora, através da Assembléia Legislativa do Paraná, busca o reconhecimento em nosso Estado.

A importância da agricultura familiar com uma nova visão voltada para a economia solidária, a preservação ambiental, novas alternativas de produção e comercialização é que nos impulsiona a propor o presente projeto de lei como um reconhecimento para que se possa avançar em um Estado que defende os princípios cooperativistas e solidários, visando salvaguardar a inclusão social, a gestão participativa, a ética e a paz.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - Gabinete 804 – Centro Cívico – Curitiba – PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 106/11

Projeto de Lei nº. 106/2011

Autor: Deputada Luciana Rafagnin

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ARCOAGRI – ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA**, com sede e foro no Município de Guarapuava.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ARCOAGRI – ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA**, com sede e foro no município de Guarapuava, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil
Coordenadoria Técnico-Legislativa



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 314 2011

Súmula: Fixa, a partir de 1º de maio de 2011, valores do piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização, com fundamento no inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 103, de 14 de julho de 2000.

Art. 1º. O piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações (Grandes Grupos Ocupacionais), reproduzidas no Anexo único da presente Lei, com fundamento no inciso V do artigo 7º da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, no Estado do Paraná, a partir de 1º de maio de 2011, será de:

GRUPO I - R\$ 708,74 (setecentos e oito reais e setenta e quatro centavos) para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações.

GRUPO II - R\$ 736,00 (setecentos e trinta e seis reais) para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio e Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO III - R\$ 763,26 (setecentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos) para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO IV - R\$ 817,78 (oitocentos e dezessete reais e setenta e oito centavos) para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil
Coordenadoria Técnico-Legislativa



Parágrafo único. A data-base para reajuste dos pisos salariais é 1º de maio.

Art. 2º. A Política Estadual do piso salarial mínimo regional será objeto de negociação tripartite entre as Centrais Sindicais e Federações Patronais, com a participação do Governo do Estado, com acompanhamento do Ministério Público do Trabalho e Superintendência Regional do MTE;

Parágrafo único. A implementação da negociação será subsidiada por estudos técnicos do Observatório do Trabalho - SETP e encaminhada ao Conselho Estadual do Trabalho - CET.

Art. 3º. Compete ao Conselho Estadual do Trabalho – CET:

I - o monitoramento e avaliação da política estadual do Piso Salarial Mínimo Regional;

II – A realização das reuniões tripartites entre as entidades sindicais dos trabalhadores e empregadores, para atendimento ao Artigo 2º desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em Lei Federal, Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho e aos Servidores Públicos Municipais.

Art. 5º. Os pisos fixados nesta Lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário mínimo previsto no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 16.470, de 30 de março de 2010.

Curitiba, em 05 de abril de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM Nº 004/2011

Curitiba, 5 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei propondo reajuste anual dos valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 1º de maio de 2011.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

A presente proposta resulta de reuniões tripartites realizadas pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, através do Conselho Estadual do Trabalho, em que participaram representantes das Centrais Sindicais, das Federações Patronais (G8) e do Governo do Estado, subsidiados ainda por estudos técnicos apresentados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES e do DIEESE. Após rica discussão sobre o assunto, ficou estabelecido o percentual de 6.9% de reajuste para o Piso Salarial Mínimo Regional do Estado do Paraná.

Ressalte-se que a inflação acumulada em doze meses até janeiro de 2011 foi de 6,53% (INPC/IBGE/BRASIL), 5,99% (IPCA/IBGE/BRASIL) e 5,81% (IPC/IPARDES/CURITIBA). Sendo assim, a média entre os índices supracitados de inflação acumulada é de 6,11%.

Ainda, diante do exposto, parece razoável o índice de reajuste proposto ao Piso Salarial Mínimo Regional, que proporciona um ganho real de aproximadamente 0,8. Desta forma, mantém-se o patamar de apreciação dos rendimentos locais, já incorporado à estrutura de preços relativos ao Paraná.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL

GABINETE DO GOVERNADOR



Ademais, cumpre salientar que o reajuste do Piso Salarial Mínimo Regional não importará em aumento de despesa para o Governo, visto que ele se dá tão somente para os trabalhadores elencados no anexo do presente anteprojeto de lei.

Importa também destacar que ficou estabelecido que serão realizados novos estudos e reuniões visando definir a política permanente para o piso regional. Através da definição e implantação dessa política pública, o Governo do Estado do Paraná estará firmando sua posição de vanguarda nesse campo de fundamental importância para o desenvolvimento da economia e para a busca da igualdade social.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 316/2011

Projeto de Lei nº 316/2011

Autor: PODER EXECUTIVO – Mensagem nº 004/11

Súmula: Fixa, a partir de 1º de maio de 2011, valores do piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização, com fundamento no inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 103, de 14 de julho de 2000.

EMENTA: FIXAÇÃO DE PISO SALARIAL. ART. 7º, V DA C.F. ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA AOS ESTADOS PELA L.C. 103/2000. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo tem como escopo a fixação do piso salarial para os trabalhadores paranaenses das categorias profissionais indicadas no seu texto.

FUNDAMENTAÇÃO

Em relação à Constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, não há óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

Ainda, quanto à competência legislativa acerca da matéria, reza a Constituição Federal:

Art. 22º Compete privativamente à União legislar sobre:
I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
(...)

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Atendendo ao parágrafo único do art. 22 – CF, supra citado, comanda a Lei Complementar nº de 103, de 14 de julho de 2000:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

§ 1º A autorização de que trata este artigo não poderá ser exercida:

- I – no segundo semestre do ano em que se verificar eleição para os cargos de Governador dos Estados e do Distrito Federal e de Deputados Estaduais e Distritais;**
- II – em relação à remuneração de servidores públicos municipais.**

§ 2º O piso salarial a que se refere o caput poderá ser estendido aos empregados domésticos.

Cabe observar que, em relação ao piso salarial, reza a Constituição Federal no seguinte sentido:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

Quanto à **técnica legislativa**, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar n.º 95/98.

Ademais, devemos observar que a proposição está em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, a qual exige que projetos que acarretem aumento de despesa devem estar acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, tendo em vista que o reajuste não importará em aumento de despesa para o Governo, uma vez que suas disposições não se aplicam para servidores públicos estaduais.

CONCLUSÃO

Diante dos fundamentos expostos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do projeto de lei ora apresentado, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de abril de 2011


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salete – s/nº – Centro Cívico – Curitiba – Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 316/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 004/11, que fixa, a partir de 1º de maio de 2011, valores do piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização, com fundamento no inciso V, do art. 7º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional, legal e de técnica legislativa exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, estabelecida no art. 33, § 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, podemos observar que a matéria encontra-se amplamente justificada, tendo em vista, que a proposta está em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De igual modo, é importante salientar que o reajuste proposto do Piso Salarial Mínimo Regional não importará em aumento de despesa para o Governo do Estado, uma vez que ele é tão somente para os trabalhadores elencados no anexo do presente projeto de lei, não se aplicando para os servidores públicos estaduais.

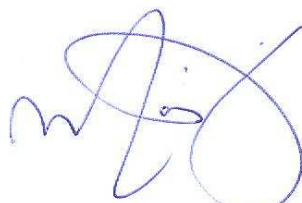
Desta forma, opinamos pela sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/04/11


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR







04

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



REQUERIMENTO

Requer "Regime de Urgência" para a votação do Projeto de Lei 316/11 oriundo da Mensagem Governamental 004/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 316/11, oriundo da Mensagem 004/11 que fixa os valores do salário mínimo regional

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2011.


Deputado Ademair Traiano
PSDB